



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense - Reitoria

---

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL DE PESQUISA (COCEP) DO IF  
CATARINENSE POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às treze horas e trinta minutos, no Mezanino da Reitoria e com a transmissão por videoconferência para as Salas de Videoconferência dos Câmpus do IFC, foi realizada a reunião ordinária do Comitê Central de Pesquisa. Participaram da reunião os representantes da PROPI, Romano Roberto Valicheski (Pró-reitor), João Célio de Araújo (Diretor), Daisy da Silva Santos (Coordenadora de Pesquisa), Cladecir Alberto Schenkel (Coordenador de Pós-graduação), Ana Clara Medina Menezes de Souza (Administradora) e representando os Câmpus os Coordenadores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Karlan Rau, Ricardo Reguelin, Nei Fronza, Isadora Balsini Lucio, Gilson Nachtigall, Rafael Andrade, Isabel Cristina Muller, Ivan Serpa, Edivaltrys Inayve, Mário Wolfart Júnior e Ivan Bianchi. O senhor Pró-Reitor Romano Roberto Valicheski abriu a reunião saudando a todos, apresentando os coordenadores de Pesquisa dos Câmpus e representantes da PROPI. Na sequência o Prof. Romano teceu comentários sobre a pauta estabelecida para a reunião. Iniciando o primeiro assunto Ana Clara abordou o tema Serviços Tecnológicos, estabelecendo um histórico da construção da RESOLUÇÃO Nº 064 – CONSUPER/2014 que dispõe sobre as normas reguladoras de prestação de serviços tecnológicos do Instituto Federal Catarinense. Comentou sobre a possibilidade e importância da realização de uma oficina para esclarecimento das atividades relacionadas a prestação de serviços no IFC. Tal oficina está prevista para ser realizada em fevereiro de 2015. Ana destacou que a Resolução Nº 064 prevê a realização da prestação de serviços como uma atividade acessória, esporádica ou complementar, não devendo fazer parte da rotina de atividades do servidor. Ana Clara realizou uma abordagem geral, destacando que os serviços são remunerados e os pagamentos devem ser realizados à instituição via GRU/Fonte 250. Professor Ivan Bianchi questionou a necessidade de emissão de notas fiscais para a realização dos serviços e Ana Clara reforçou que no momento não existe tal possibilidade, talvez seja possível buscar junto ao jurídico apoio para a criação de um documento comprobatório da execução dos serviços, mas destacou a necessidade, a curto prazo, do estabelecimento de um convênio com uma Fundação de Apoio. Na sequência Ana Clara abordou a questão da Propriedade Intelectual, destacando que as publicações devem necessariamente ter a aprovação do NIT, sendo dever do pesquisador dar ciência ao mesmo, tendo em vista possíveis inovações. Ana Clara comentou que o NIT registrou uma patente e existem outras duas em processo de registro no presente ano. Para finalizar, Ana Clara fez um breve relato sobre o curso de inovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa organizado pelo NIT, onde estiveram presentes servidores orientadores de bolsistas PIBITI e representantes dos Câmpus do IFC. O tema Grupos de Pesquisa foi iniciado pelo professor Romano, onde o mesmo explicou sobre os procedimentos previstos na Resolução 97/2013 para a criação e acompanhamento dos mesmos. Na sequência Cladecir Schenkel iniciou a exposição dos grupos propostos, sendo que foram aprovados sem restrições: Grupo Interdisciplinar Pomares do Saber (GIPS), Grupo de Pesquisa: Saberes, Fazeres e Discursos da Docência, GEPAq-AVI (Grupo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura do Alto Vale do Itajaí) e aprovado com restrições o Grupo de Pesquisa Micrometeorologia de Ecossistemas. Cladecir reforçou alguns aspectos ligados a avaliação dos

grupos de pesquisa e relatou que foi realizado um trabalho para uma análise prévia do desempenho dos mesmos no ano de 2014. Daisy destacou a importância do preenchimento correto e atualizado do CV Lattes. A análise dos grupos de pesquisa será enviada aos Coordenadores de Pesquisa e aos líderes dos mesmos. Com relação aos cursos de pós-graduação na modalidade EAD, o IFC está buscando o credenciamento. No momento não deverá ser executado nenhum curso de EAD, nem mesmo com parte em EAD. Cladecir abordou o assunto relacionado ao III SIEPE, que será realizado no Câmpus Rio do Sul, com temáticas orientadas a sustentabilidade, inclusão, identidade da educação profissional no contexto dos IFs. A realização do mesmo será nos dias 26 a 28 de maio de 2015. Foi lançada a proposta de criar uma subcomissão em cada Câmpus, constituída pelos coordenadores de pesquisa, extensão e ensino. Tal fato se justifica pela necessidade de divulgação e mobilização do IFC como um todo para ampliar a participação no evento, organizando comitivas, buscando experiências de trabalhos exitosos realizados nos Câmpus para a apresentação no evento. Daisy iniciou a abordagem relacionada aos Editais de Bolsas, comentando que serão antecipados os lançamentos dos mesmos ainda para 2014. Esta antecipação proporcionará aos pesquisadores maior tempo de submissão. Os editais serão divididos em 3 modalidades, sendo o primeiro referente a bolsas PIBIC e PIBIC-Af, o segundo PIBITI e o terceiro PIBIC-EM. Foram apresentadas as alterações nos mesmos: prazos, termo de sigilo, comitê de ética, titulações mínimas, aumento dos prazos, dentre outras. Foi sugerida a inserção no item 3.2.10 da obrigatoriedade de apresentação do projeto nos eventos internos do Câmpus, além da MICTI já prevista. Daisy destacou a necessidade de realização de uma reunião em 2015 para a socialização e apresentação das normas e obrigações aos bolsistas e orientadores. Romano iniciou os assuntos gerais comentando sobre os editais que foram lançados no ano corrente e da necessidade do envio das prestações de contas nos prazos estabelecidos. Romano destacou a criação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, processo este coordenado pelo IFC Câmpus Camboriú. Isadora destacou as dificuldades encontradas na execução do Edital 453/2014. Romano destacou que os Comitês de ética no uso de animais estão em pleno funcionamento em Araquari e Concórdia. Daisy comentou sobre o Comitê gestor de tecnologia da informação, abordou sobre a legalidade dos softwares, cartuchos para impressoras devem ser previstas enquanto da vigência da pesquisa. Abordou também a necessidade da previsão de compras de equipamentos de informática no PDTI em vigência. Rafael comentou que, segundo decidido na reunião do CGTI, os projetos de pesquisa não deverão mais ser colocados na próxima atualização do PDTI, desde que uma Resolução específica seja aprovada pelo CONSUPER. Com relação à VII MICTI não foi possível realizar a certificação digital, portanto os certificados estão sendo impressos para posterior distribuição. Os Anais estão disponíveis na página do evento. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada. A presente Ata foi Lavrada por João Célio de Araújo e será encaminhada por meio digital aos participantes da mesma para a emissão da sua aprovação por e-mail.

Blumenau, 12 de dezembro de 2014.